

Ulysses tenta superar crise no GDF

Vai convocar lideranças para mudar o texto que proíbe a acumulação

GIVALDO BARBOSA

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, anunciou ontem que convocará as lideranças partidárias para resolver o impasse constitucional criado em torno da indicação do senador Alexandre Costa para o Governo do Distrito Federal. O projeto da nova Constituição, na forma em que foi aprovado no primeiro turno, proíbe a acumulação de cargos eletivos, o que obrigaria o senador maranhense a optar entre o seu mandato parlamentar e o Palácio do Buriti.

Ulysses negou-se a emitir opinião pessoal a respeito do assunto — "Como presidente da Constituinte, a minha posição é de magistrado" —, mas deu sinais de que discorda da restrição constitucional, ao lembrar que o projeto já facultava aos parlamentares ocuparem secretarias de governo no Distrito Federal: "O impedimento é só para

governador", lembrou o deputado paulista.

Enquanto Ulysses aguarda o retorno dos líderes a Brasília para decidir o assunto, o PFL começou a trabalhar ontem para garantir a posse de Alexandre Costa. Em nome da liderança do partido, o deputado Inocêncio de Oliveira (PE) reuniu-se com o presidente da Constituinte, no final da manhã, para defender a aprovação da emenda Márcia Kubitschek, que na prática derrubaria o impedimento.

Ao final da conversa, Inocêncio disse ter ouvido de Ulysses a promessa de que se empenharia na solução do problema, tentando viabilizar um acordo de lideranças em torno do assunto. Tão logo o deputado Nelson Jobim, líder do PMDB, retorne a Brasília, será convocado pelo presidente da Constituinte com este objetivo.

Pelo menos da parte de uma liderança — a do PT — o deputado Ulysses Guimarães deve esperar resistências contra a alteração do projeto constitucional. O deputado Paulo Delgado, vice-líder do partido, informou ontem que a sua bancada votará contra a emenda Márcia Kubitschek, por entendê-la "antidemocrática e casuística".

— O que Brasília precisa é de eleições diretas para governador. Chega de administradores impostos à população pelo Palácio do Planalto! — frisou o parlamentar.

Por outro lado, na opinião de Delgado, é injustificável a acumulação de cargos em dois poderes diferentes: "Como membro do Legislativo, o que cabe a Alexandre Costa é justamente fiscalizar o Executivo, não exercê-lo", concluiu o deputado petista.

Governo já negocia com líderes

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que não se pode exigir que o senador Alexandre Costa renuncie a seis anos de seu mandato para governar o Distrito Federal. Ele informou que já conversou com o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e da Câmara; com o deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB; e o senador Humberto Lucena, presidente do Senado Federal, e todos concordaram em mudar o dispositivo constitucional que determina a per-

da do mandato quando o parlamentar for nomeado para qualquer cargo eletivo.

O ministro Costa Couto argumenta que o futuro texto constitucional apresenta um grande paradoxo quando cassa o mandato do parlamentar que assume o GDF, mas não o de quem é nomeado para uma secretaria de governo ou estado. Esse argumento ele utilizou para conversar com Ulysses, Lucena e Ibsen, que demonstraram grande interesse de superar o problema formal. Se isso não acontecer, ele acha que o

senador não pode sacrificar o seu mandato.

A hipótese de Alexandre Costa ser substituído por outra pessoa não foi comentada pelo ministro Costa Couto. Os comentários dão conta de que Costa poderia ser nomeado para o Ministério dos Transportes, enquanto o ministro José Reinaldo Tavares, amigo pessoal de Sarney, seria deslocado para o GDF. Enquanto isso, o cargo continua sendo ocupado por José Aparecido de Oliveira, que já foi convidado para o Ministério da Cultura.

Novas fórmulas entram em jogo

JOÃO EMÍLIO FALCÃO
Repórter Especial

A aprovação do novo governador do Distrito Federal, senador Alexandre Costa (PFL-MA), pelo Senado, está apresentando dificuldades. Além dos votos de oposição ao presidente José Sarney, Alexandre Costa será combatido por outros senadores que alegam não poder ser ele governador sem ter o título eleitoral de Brasília.

A possibilidade de Alexandre Costa ser substituído pelo ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, caso não seja aprovado seu nome ou venha a ser rejeitado pelo Senado começou a ser comentada ontem no Congresso. Alexandre Costa seria convidado pelo Presidente da República para o Ministério dos Transportes.

Assessores de Alexandre Costa, porém, acham que em hipótese alguma ele aceitará qualquer compensação. Argumentam que Alexandre não queria o Governo do Distrito Federal e só o aceitou como uma missão, para atender ao Presidente da República.

MANIFESTO

Representantes dos pequenos partidos reuniram-se ontem, pela manhã, sob a liderança do deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e divulgaram uma nota de protesto contra a indicação de Alexandre Costa por não ser eleitor brasileiro. Esta tese foi levantada no início da semana pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ), que acrescentou ter havido eleições em Brasília em 86. Na sua opinião o Presidente da República teria de escolher o governador entre os eleitos.

Após a divulgação da nota oficial, o líder do PTB, senador Affonso Camargo (PR) comunicou que sua bancada — cinco — votará contra atendendo aos apelos do diretório local. No início da semana, Camargo estava disposto a votar a favor de Alexandre Costa, apesar das divergências que tiveram na CPI sobre a ferrovia Norte-Sul.

Os pequenos partidos têm, no Senado, uma ban-



Alexandre Costa

cada de 15 senadores. São eles: PDS (5), PTB (5), PDT (2), PDC (1), PSB (1) e PMB (1). Se todos votassem contra Alexandre, não haveria dúvidas sobre sua rejeição, pois os antigovernistas radicais — os que desejam dar uma prova de força ao Presidente da República — são 19. Contam com o apoio, oscilatório, de mais dez.

Ocorre que isso não acontecerá. O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), é amigo pessoal de Alexandre Costa e está lutando pela sua aprovação. Espera-se, também, que Ney Maranhão (PMB-PE) e Mauro Borges (PDC-GO) votem a favor.

Entre os antigovernistas há senadores ligados pessoalmente a Alexandre Costa que não aceitam votar contra apenas por ter sido designado pelo Presidente da República. Desde a indicação as conversas têm sido constantes, não havendo ainda uma definição. O centro de reação está entre



José Reinaldo

os integrantes da CPI da Corrupção onde Alexandre Costa tem sido o principal defensor do Governo.

Senadores amigos de Alexandre estão condenando a decisão da liderança do Governo de tentar aprovar a mensagem do Presidente na terça-feira. Eles concordam que Alexandre seja apreciado pela Comissão do Distrito Federal na segunda-feira, à noite, mas acham inconveniente a votação pelo plenário na terça de manhã.

INTERPRETAÇÕES

Além da reação contra o Presidente da República, que desencadeará no plenário, o senador Alexandre Costa tem contra sua indicação a dificuldade constitucional. O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) acha que ele perderá o mandato de senador se continuar no Governo após a promulgação da nova Constituição nos termos do projeto. Teria de ser feita uma revisão no artigo sobre incompatibilidades ou acrescentado um item nas disposições transitórias.

O senador Itamar Franco (MG), sem partido, um dos que estão lutando pela aprovação de Alexandre Costa, defendeu ontem, junto a Maurício Corrêa, a tese de que esta interpretação não é a correta. De acordo com Itamar, um dos mais profundos conhecedores do Regimento, Alexandre será, depois de aprovado, "investido" na função de governador do Distrito Federal nos termos da Constituição em vigor.

Será um ato perfeito e acabado e ele conservará todos os direitos, ou seja, o seu mandato, conforme o artigo 36 da Constituição em vigor. Alexandre não admite, em nenhuma hipótese, renunciar a seu mandato de senador pelo Maranhão, frisando que não trairá o povo que o elegeu.

Ao tomar conhecimento da interpretação de Itamar Franco, o senador Maurício Corrêa, seu companheiro na CPI da Corrupção, observou-lhe: "Itamar, você é engenheiro e está querendo construir uma ponte com a Constituição".

Saulo: Aparecido pode continuar

"Se a questão do Alexandre Costa não for resolvida através de um acordo de liderança, como esperamos, o presidente Sarney vai fazer a vontade do senador Maurício Corrêa. Ou seja, vai manter o José Aparecido no governo do Distrito Federal". Foi o que revelou, ontem ao CORREIO BRAZILIENSE, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, após negar que o Presidente já estivesse preocupado em escolher um outro nome para substituir Alexandre Costa, no caso outro amigo seu, o

ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares.

"O Presidente não está pensando em nenhum substituto para o Alexandre Costa", garantiu Saulo Ramos, caso prevaleça o impasse levantado pelo líder do PDT no Senado, Maurício Corrêa (DF).

Saulo Ramos negou, ainda, que tivesse assessorado mal o Presidente nesta questão da indicação do senador Alexandre Costa, como declarou Maurício Corrêa. "Isto não é verdade até porque não foi consultado sobre esse aspecto. Foi

consultado, isto sim, sobre como ficaria o governo de Brasília no caso do José Aparecido ser nomeado para o Ministério da Cultura, mesmo assim, no momento da consulta não foi informado sobre o escolhido para o cargo de governador", explicou o consultor.

— Então — acrescentou Saulo Ramos — sugeri que o José Aparecido fosse mantido no cargo até que o Senado aprovasse a indicação do futuro governador. Isto, inclusive, funcionaria como uma forma de apressar a aprovação do seu substituto.